



LATHARE CAROLINE VILAS BOAS

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: Um estudo de caso
sobre o funcionamento do CRAS no Município de
Itumirim - MG**

LAVRAS – MG

2015

LATHARE CAROLINE VILAS BOAS

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Um estudo de caso sobre o funcionamento do CRAS no Município de
Itumirim - MG**

**Monografia apresentada ao
Colegiado do Curso de
Administração Pública, para
a obtenção do título de
Bacharela em Administração
Pública.**

Orientadora

Dra. Júlia Moretto Amâncio

LAVRAS – MG

2015

LATHARE CAROLINE VILAS BOAS

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Um estudo de caso sobre a equipe do CRAS**

Monografia apresentada ao
Colegiado do Curso de
Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharela
em Administração Pública.

APROVADA em 24 de junho de 2015

Dra Sabrina Soares da Silva UFLA

Orientadora

Dra. Júlia Moretto Amâncio

Lavras

2015

Dedico em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada, a minha mãe Vanderlea, ao meu pai Francisco, a minha irmã Silésia e ao meu noivo Luís Fernando pelo incentivo e apoio constante.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos me dando força e saúde.

Agradeço a minha mãe Vanderlea, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, seu cuidado e dedicação que me deram em alguns momentos, a esperança para seguir.

Agradeço a meu pai Francisco, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha.

Agradeço a minha irmã Silésia, pelo companheirismo e amizade nas horas em que eu mais precisei.

Agradeço ao Luís Fernando, obrigada pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada dia.

Agradeço a toda minha família por sua capacidade de acreditar em mim e pelo incentivo.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela oportunidade concedida para realização do bacharelado.

A professora Dra. Júlia Moretto Amâncio, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas correções e incentivos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico Cadastro Único para Programas de Assistência Social

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS Centro de Referência e Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FHC Fernando Henrique Cardoso

IGD Índice de Gestão Descentralizada

LBA Legião Brasileira de Assistência

LOAS Lei Orgânica de Assistência Social

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB- RH /SUAS Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAIF Proteção e Atendimento Integral à Família

PBE Programa Bolsa Escola

PBF Programa Bolsa Família

PNAS Política Nacional de Assistência Social

SAGI Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENARC Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SUAS Sistema Único de Assistência Social

Resumo

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório e busca analisar a implementação da Política de Assistência Social em pequenos Municípios no contexto da construção da Política Nacional de Assistência Social, considerando as diversas mudanças recentes nesta área. Trata-se de um estudo de caso que foi realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas com funcionários e usuários do Sistema Único de Assistência Social no município de Itumirim-MG. A partir das entrevistas e da pesquisa documental realizada pode-se perceber que a política de assistência social em pequenos municípios é um pouco dificultado por questões legais e o ponto mais importante da situação da assistência social no Brasil é a implementação do CRAS com o seu principal instrumento de trabalho que é no CadÚnico.

Palavras – chave: Assistência Social. CRAS. CadÚnico. Bolsa Família. Política Pública.

Sumário

1- INTRODUÇÃO	1
2- REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS ABORDAGENS	3
2.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.....	9
2.4.1 LOAS	11
2.4.2 PNAS.....	13
2.4.3 SUAS	14
2.4.4 CRAS	16
2.4.5 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	18
2.4.7 CADASTRO ÚNICO.....	24
3 - METODOLOGIA	25
4 - CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	29
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
5.1 FUNCIONAMENTO DO CRAS.....	30
6-CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES	39
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIOS	39
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS..	40

ANEXOS	40
ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE ..	41

1- INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, mais conhecida como “Constituição Cidadã”, trouxe várias medidas inovadoras para o país visando assegurar direitos sociais, liberdade, segurança e a igualdade, para que todos os cidadãos tivessem acesso aos bens públicos. Desde a Constituição de 1988, a Assistência Social foi reconhecida formalmente como direito e inserida no campo da Política Social para que o Estado exerça sua função de proteção social pública.

O artigo 203 da Carta Magna define que a “Assistência Social será prestada a quem dela necessitar” e o artigo 204 dispõe que: “as ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social” (BRASIL, 1988). Esses artigos foram a base da criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS- Lei nº 8.742/93). A LOAS delimita os princípios e os objetivos da Assistência Social no país e também trata da organização e gestão dos serviços sociais.

Na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para concretizar os objetivos previstos na LOAS.

O SUAS é responsável pela coordenação dos sistemas de gestão da política de assistência social no país. A organização do SUAS é feita por meio de uma divisão dos tipos de proteção social, que são: proteção social básica e proteção social especial. Para que o funcionamento deste sistema fosse desempenhado foram estabelecidas duas unidades sociais para desenvolver o que é determinado para cada tipologia, que são: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) pela proteção social básica e Centro de Referência

Especializado de Assistência Social (CREAS) pela proteção especial. (BRASIL, 2005)

O CRAS, que é objeto de estudo deste trabalho, é o primeiro contato que as famílias têm com os direitos socioassistenciais, onde são desenvolvidas atividades gratuitas e continuadas para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Para que seja instalado o CRAS em um município deve haver a identificação do território de vulnerabilidade social, onde haja a maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Em determinados municípios que têm distritos, povoados ou comunidades, existem as equipes volantes que são equipes adicionais que realizam o atendimento dessas famílias que estão em difícil acesso.

Com o intuito de facilitar o trabalho das equipes assistenciais, foi desenvolvido um instrumento para identificar a situação de vulnerabilidade das famílias, denominado Cadastro Único para Programas Assistenciais (CadÚnico). Tal instrumento é utilizado pelas equipes do CRAS para a coleta de dados do Programa Bolsa Família, que é gerido em nível municipal.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Como vem sendo implementadas as Políticas de Assistência Social em pequenos Municípios? Objetiva-se analisar o funcionamento do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social na realização do Cadastro Único de programas sociais no município de Itumirim-MG; identificar os principais problemas enfrentados pela equipe referência do CRAS, as principais limitações e os principais problemas e limitações enfrentados pela população em relação ao atendimento.

Este trabalho é um estudo de caso que realizado no CRAS do Município de Itumirim-MG, foi desenvolvido com enfoque qualitativo e exploratório e com pesquisa documental. A coleta de dados se deu através de entrevistas semi-

estruturadas, realizadas com a equipe do CRAS e com seus usuários. Os relatórios com informações mensais sobre o Cadastro Único, benefícios e condicionalidades do município, disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), também foram incorporados à análise de dados do estudo.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS ABORDAGENS

Os estudos precursores de Políticas Públicas foram iniciados no final do século XIX pelo professor de Ciência Política Woodrow Wilson. O professor embasou seus estudos em teorias da administração e em modelos da área fazendo adaptações para o serviço público (Barcelos, 2013).

Partindo deste pressuposto, no século XX é lançado um livro com as bases para a preparação de uma agenda de pesquisas para as Políticas Públicas. O autor do livro Harold Lasswell, defende que as Políticas Públicas deveriam ser objetos de estudo e que para atingir esse objetivo deveriam fazer uso de ferramentas analíticas (Barcelos, 2013).

Neste contexto, foi criado outro livro contendo artigos de vários autores, que tinham como objetivo destacar a importância da multidisciplinaridade na solução dos problemas sociais.

Em tal obra foi enfatizado que “as políticas públicas seriam resultado do trabalho meticuloso e rigoroso de *experts*, que, a partir do uso da razão e da ciência, desenvolveriam as melhores práticas que orientariam a ação governamental” (Barcelos, 2013, p.146). Esta visão foi desenvolvida

principalmente por dois autores, o sociólogo Paul Lazarsfeld e pelo economista Arrow.

Com a ênfase na multidisciplinaridade, as Políticas Públicas passaram a ser pensadas de maneira metodológica com cálculos racionais para conseguir as melhores alternativas, utilizando de técnicas de análise com equações e outros métodos quantitativos. A tal método denominou-se modelo “racional compreensivo” (Barcelos, 2013, p.147).

Outra noção que foi desenvolvida juntamente com o método quantitativo foi a Teoria Sistêmica da Política, formulada por David Easton. Entende-se por Teoria Sistêmica, que as Políticas Públicas seriam produzidas por demandas da sociedade, que são os *inputs* que entram na “caixa preta” do Estado, e os resultados, que são as Políticas Públicas que saem da caixa preta, são os *outputs*. Neste sentido, a Teoria Sistêmica conseguia alcançar os objetivos do modelo “racional compreensivo” (Barcelos, 2013, p. 147).

A partir da noção acima mencionada acerca da centralidade da tomada de decisão, Lindbom cria o Modelo Incremental, onde sugeriu que “meios e fins poderiam ser escolhidos muitas vezes de forma simultânea e o processo de decisão e, políticas seria “incremental” (Marques, 2013, p.28).

Com todas estas alterações que aconteceram no formato das políticas públicas, Lowi cria várias classificações para as políticas públicas:

- ✓ Políticas constitutivas que estão associadas à criação e à transformação das próprias regras do jogo político;
- ✓ Políticas regulatórias através das quais o Estado estabelece regras para o funcionamento de atividades produzidas externamente a ele;
- ✓ Políticas distributivas que envolvem recursos não finitos ou mesmo limitados;
- ✓ Políticas redistributivas que envolveriam a distribuição de recursos finitos. (Marques, 2013, p. 29/30)

Foi à construção de um novo modelo na década de 70, denominado “lata de lixo”, criado pelos autores Cohen, March e Olsen, que influenciou as

Políticas Públicas no processo de tomada de decisão. Tal modelo tinha a característica de que as soluções e problemas seriam escolhidos aleatoriamente por estarem confusos em um mesmo ambiente (Barcelos, 2013)

Em síntese, as Políticas Públicas têm diversas abordagens de análise, que são utilizadas como espelho para alguns casos em nosso País, apesar de terem sido desenvolvidas em outros contextos.

2.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Um estudo pioneiro no desenvolvimento de Políticas Públicas foi o de Lasswell, que previa sete estágios: informação, promoção, prescrição, inovação, aplicação e avaliação, e eram produzidos em uma lógica linear. Muitas críticas foram feitas a partir do modelo acima mencionado, argumentando pela contrariedade na ideia de divisão das etapas. Em razão das críticas, diversos modelos foram constituídos com adaptações que os autores achavam necessárias (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 139 - 140).

Após o modelo originário de Lasswell e das críticas e adaptações feitas por outros autores, outro modelo é fundado por Howlett e Ramesh, sendo mais conhecido como modelo do Ciclo de Políticas Públicas. Para realização deste ciclo, os autores condensaram as etapas em cinco fases: 1ª montagem da agenda; 2ª formulação da política; 3ª tomada de decisão; 4ª implementação; e 5ª avaliação (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p.141).

Analisado o ciclo de Políticas Públicas como um todo, o próximo passo é abordar todas as suas fases separadamente. Em primeiro lugar, a montagem da agenda, também denominada de reconhecimento do problema é a fase em que o problema é elencado para dar início ao ciclo. Kingdon denominou de agenda a lista de problemas e assuntos nos quais o governo demonstra dar atenção em determinado momento. Para o autor, a agenda é dividida em três tipos: a agenda

sistêmica ou não- governamental; a agenda decisória ou política e a agenda institucional ou governamental (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 143 - 144).

Os formuladores de políticas públicas não conseguem identificar todos os problemas nos momentos necessários. Kingdon determina que os problemas passam a fazer parte das agendas a partir de fluxos independentes. Estes fluxos possibilitam a entrada de novos temas na agenda através das janelas de oportunidades, que apresentam preferências em novos temas (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 146).

Após a identificação da agenda, é realizada a formulação da política pública. Para Lima e D' Ascenzi (2013)

A fase da formulação é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisão. (LIMA E D' ASCENZI, 2013, p. 101).

Para que o ciclo continue, a próxima fase a ser desenvolvida é a implementação, que para Baptista e Rezende (2011, p. 149) é o “momento de colocar uma determinada solução em prática”. É a etapa onde as decisões que foram tomadas no estágio de formulação são adotadas.

A última fase do ciclo é a avaliação, que na prática não é feita no ciclo de políticas públicas apenas no final, como uma avaliação de resultados, mas em variados momentos do ciclo, como um monitoramento.

2.3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação é a parte do ciclo de políticas públicas que pode ser realizada posterior ou não à fase de formulação e tomada de decisão, onde serão realizadas as metas propostas na fase de formulação. Há duas abordagens na literatura sobre a implementação de políticas públicas.

A primeira abordagem é a denominada *top down*. Baptista e Rezende (2011, p. 149) afirmam que é “a fase administrativa da política onde todo o controle está nas mãos dos “formuladores”, situados no topo das organizações”. É a teoria que trata a implementação como se essa fosse um processo completamente técnico. Lima e D’Ascenzi (2013) afirmam, que na implementação a partir do modelo *top down* o “foco direciona-se para o processo de formulação. A análise é centrada nas normas que estruturam a política pública e suas lacunas”. (LIMA E D’ASCENZI, 2013, p. 103)

A implementação com enfoque *top down*, é tratada por Baptista e Rezende (2011) como uma

Divisão do trabalho no qual os que estão no nível central de poder detêm o monopólio da elaboração e implantação das políticas, restando aos que estão na “ponta do serviço” a colocação em prática do que foi pensado por aqueles que estão no comando da política. (BAPTISTA; REZENDE, 2011, P. 150)

A partir da crítica realizada sobre a teoria *top down*, foi desenvolvido um modelo denominado *bottom up*, que aborda a implementação a partir de uma visão que pressupõe que a “política não se define no topo da pirâmide da administração, mas no nível concreto de sua execução” (Baptista e Rezende, 2011 p. 150). Esta abordagem defende a ideia de que a política pública deve ser elaborada pelos implementadores, que são os responsáveis por esta fase. São os executores das ações que detêm conhecimento sobre o que será desenvolvido.

A implementação é a fase do ciclo de políticas públicas que mais tem apresentado problema no decorrer do seu desempenho. Um problema que é abordado é que as ações executadas são cumpridas diferentemente das que realmente foram planejadas.

Neste contexto, Lotta (2012) aborda em seu trabalho que:

A discussão sobre o papel e influência dos burocratas no processo de implementação é central para compreendermos como de fato, as ações são colocadas em prática e quais práticas e quais são os fatores que influenciam na mudança de rumos e nos resultados das políticas públicas. (LOTTA, 2012, p. 21).

A partir desta constatação da influência dos burocratas, Lipsky desenvolve o conceito de burocratas de nível de rua, que são as pessoas que interagem diretamente com o cidadão em suas tarefas cotidianas e têm que tomar as decisões necessárias para desenvolver o seu trabalho (LIMA E D' ASCENZI, 2013, p. 104).

Para Lipsky *apud* Lima e D'Ascenzi,

O problema dos burocratas relaciona-se com a necessidade de tomar decisões sob condições de considerável incerteza em que decisões satisfatórias sobre alocação de recursos devem ser pessoalmente derivadas e não organizadas (LIPSKY *apud* LIMA E D' ASCENZI, 2013, p. 104).

A implementação de políticas públicas pode ser elaborada a partir das coalizões de defesa, que segundo Sabatier (2013), “atores de várias organizações públicas e privadas que compartilham um projeto de política pública e procuram realizar seus objetivos em comuns” (Sabatier *apud* Lima e D'Ascenzi, p. 108, 2013). As coalizões são estabelecidas com início em ideias compartilhadas para influenciar na construção de políticas públicas.

Lima e D'Ascenzi (2013, p.108), afirmam que o “conceito de coalizões de defesa permite trabalhar com a participação de atores externos às organizações públicas, fator geralmente negligenciado nas abordagens *top down* e *bottom up*”.

Em um ciclo de políticas públicas a implementação é a fase mais importante onde a política pública vai ser posta em prática, porém esta etapa é completamente dependente da formulação, que é o processo onde são estabelecidas metas e escolhas (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p.151)

2.4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A Assistência Social no Brasil foi executada durante muitos séculos por outras entidades, como Igreja Católica, entidades Filantrópicas, que realizavam os trabalhos solidários. A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi muito importante para a sociedade, pois fundou a assistência pública brasileira.

As ações de assistência social eram realizadas através da caridade e benevolência, pois, a pobreza no Brasil até 1930, era considerada uma doença e não uma questão de cunho social, os pobres eram enviados para asilamento ou internação (CARVALHO, 2008).

No mandato do presidente Getúlio Vargas que os direitos dos trabalhadores brasileiros foram assegurados com a edição das leis trabalhistas. A partir dessas leis foram criados: a carteira de trabalho, a previdência, o salário mínimo, entre outros benefícios da população (CARVALHO, 2008).

Foi no governo de Getúlio Vargas que os benefícios sociais passaram a girar em torno do trabalho, com isso os direitos sociais eram restritos porque a maioria da população não tinha vínculo empregatício. Os desempregados eram atendidos por entidades filantrópicas (CARVALHO, 2008).

Em 1938, Vargas aprova um decreto que cria o Conselho Nacional de Serviço Social que não foi atuante, apenas manipulador de verbas. A partir de 1942, suas funções começaram a ser exercidas pela LBA, que teve como coordenadora a primeira dama Darcy Vargas. A LBA foi a primeira instituição nacional de assistência social no Brasil instalada em nível federal como instituição não econômica (CARVALHO, 2008).

A LBA era desenvolvida como uma ação de caridade coordenada pelas primeiras damas que realizavam parcerias com entidades assistenciais privadas.

De acordo com Amâncio (2008),

A LBA foi responsável, desde sua criação em 1942 pela implementação de convênios feitos diretamente entre o governo federal e as entidades assistenciais. Esta instituição criou a partir disso, uma rede de assistência social não em função da demanda da vulnerabilidade social, mas a partir da demanda das entidades (AMÂNCIO,2008, P.175).

A LBA foi extinta em 1995 com mudanças realizadas pelo presidente FHC para exercer a descentralização prevista na LOAS (CARVALHO, 2008).

Após 1988, a Assistência Social passa a ser vista de uma maneira diferente, passa a ser um direito social como é previsto no Art. 6º da Constituição Federal, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O artigo 203 da Carta Magna define que a “Assistência Social será prestada a quem dela necessitar” e o artigo 204 dispõe que: “as ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social”(BRASIL, 1988)

A partir deste contexto é criada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social, (LOAS), para organizar a gestão da política de assistência social no Brasil. Posteriormente, para gerir todo o sistema da assistência social, é instituído em 2003 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dividindo a proteção social em dois tipos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pelos serviços de Proteção Social Básica e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) responsável pela Proteção Social Especial.

Para um melhor funcionamento destas unidades, é criado em 2007, um instrumento de identificação da vulnerabilidade das famílias que é o Cadastro Único para Programas Assistenciais (CadÚnico).¹

2.4.1 LOAS

A Assistência Social Brasileira é regulada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei número 8.742, de 7 de dezembro de 1993), que delimita os princípios e os objetivos da Assistência Social no país e também trata da organização e gestão da Assistência Social.

O Artigo 1º da LOAS define que, “a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL,1993).

No Artigo 2º são definidos os objetivos da Assistência Social que são:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família ” (BRASIL, 1993).

¹ O principal programa de transferência de renda do país, que é o Bolsa Família, tem seu cadastro inicial à partir do CadÚnico, realizado no CRAS.

A Assistência Social no Brasil é norteada por alguns princípios definidos no Artigo 4º da LOAS, que garante o direito social, igualdade no atendimento, qualidade dos serviços e benefícios, divulgação dos programas e projetos assistenciais, com prioridade em necessidades sociais de acordo com determinação da renda.

Para que as atividades no campo de Assistência Social sejam desenvolvidas de maneira organizada, foi criado em 2003 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de forma descentralizada e participativa.

As ações da Assistência Social são regidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que deve acompanhar e fiscalizar as entidades de organizações de Assistência Social no Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS).

A LOAS traz a definição de Serviços Sociais em seu Artigo 23 como as: “atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei” (BRASIL, Lei nº.742, de 7 de dezembro de 1993).

Também são definidos na LOAS Programas e Projetos. Os Programas de Assistência Social são integrados e complementares com prioridades para inserção profissional e social, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais (Artigo 24, LOAS). Já os Projetos são definidos na Seção V da LOAS, e se caracterizam como

Investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social (Artigo 25 - LOAS).

2.4. 2 PNAS

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica de Descentralização, confirmam os princípios já aprovados na LOAS, e criam comissões intergestoras, para debater os aspectos de gestão compartilhada entre os níveis de governo, estabelecem as regras e as formas de financiamento dos serviços, programas e projetos. (AMÂNCIO, 2008).

É na PNAS de 2004 que as bases, diretrizes e objetivos da política de Assistência Social são propostos juntamente, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É com a fundação do SUAS, em 2003, que são divididos os níveis de proteção: proteção básica e especial.

A PNAS trouxe várias mudanças na área de Assistência Social, inclusive a ampliação do conceito de usuários, como afirmado por Amâncio (2008),

Os usuários no SUAS são os cidadãos, sujeitos de direitos e público da assistência. Não se trabalha com a ideia de carente, necessitado, sujeito demandantário de tutela. Eles não são vistos objeto de intervenção, mas sujeitos protagonistas da rede de ações e serviços. (AMÂNCIO, 2008, p.42)

Neste contexto, a PNAS é focada nas necessidades da família pois:

A centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. (PNAS, 2004, p. 41)

2.4.3 SUAS

Para organizar a gestão da Assistência Social, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2003, que tem seus objetivos definidos na LOAS: (BRASIL, 1993).

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;
- III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;
- e
- VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (BRASIL, 1993).

O SUAS é de responsabilidade dos três entes federativos e o financiamento da Assistência Social é feito de maneira cofinanciada entre os três entes. Cabe à Administração Pública gerir o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob o controle e orientação dos Conselhos de Assistência Social.

O SUAS divide o nível de gestão para os municípios em três níveis. Os municípios que estão habilitados em gestão inicial são os que tem conselho, fundo e elaboração de plano de assistência; a gestão básica é exigido a existência de CRAS (Centros de Referência em Assistência Social), ter que atender aos requisitos da gestão inicial; e a gestão plena, além das atribuições da gestão inicial e básica, requer um sistema municipal de monitoramento e avaliação, capacidade de atuação na proteção especial. (AMÂNCIO, 2008).

Como consta na NOB/SUAS de 2005, toda a gestão de nível municipal tem as suas responsabilidades a serem seguidas. A gestão básica, que é a gestão do município em estudo, deve seguir as seguintes:

- ✓ alimentar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS, componentes do sistema nacional de informação;
- ✓ inserir no Cadastro Único as famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco, conforme critérios do Programa Bolsa Família (Lei nº 10.836/04);
- ✓ participar da gestão do BPC, integrando-o à Política de Assistência Social do município, garantido o acesso às informações sobre os seus beneficiários;
- ✓ participar das ações regionais e estaduais, pactuadas no âmbito do SUAS, quando sua demanda, porte e condições de gestão o exigirem e justificarem, visando assegurar aos seus cidadãos o acesso aos serviços de média e/ou alta complexidade;
- ✓ instituir plano de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de proteção social na rede própria e na rede prestadora de serviços, em articulação com o sistema estadual e de acordo com o sistema federal, pautado nas diretrizes da
- ✓ PNAS/2004;
- ✓ identificar e reconhecer, dentre todas as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, aquelas que atendem aos requisitos definidos por esta Norma para o estabelecimento do vínculo SUAS;
- ✓ preencher o Plano de Ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o Relatório de Gestão como forma de prestação de contas;
- ✓ elaborar Relatório de Gestão. (NOB/SUAS, 2005)

Para uma melhor gestão do SUAS, a Assistência Social foi dividida em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, definidas no Artigo 6º- A da LOAS.

A Proteção Social Básica “visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, Lei nº.742, de 7 de dezembro de 1993). Os serviços de Assistência Social de Proteção

Básica são executados diretamente no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS.

O Artigo 6º da LOAS traz a definição de Proteção Social especial que é “conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos” (BRASIL, Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993).

2.4.4 CRAS

A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco social, destinada à população de vulnerabilidade social. O Centro de Referência e Assistência Social – CRAS é responsável por exercer os serviços relativos a esta finalidade (BRASIL, 1993).

O Artigo 6º- C parágrafo 1º define CRAS como:

A unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (BRASIL,1993).

O CRAS é responsável pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que realiza trabalhos sociais com famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1993).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS são considerados serviços de proteção básica de assistência social:

- ✓ Programa de Atenção Integral às Famílias.

- ✓ Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- ✓ Centros de Convivência para Idosos.
- ✓ Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- ✓ Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- ✓ Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- ✓ Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (BRASIL, 2004, p.36).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB- RH/SUAS, define a composição de equipe mínima de referência que trabalha no CRAS. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

A seguir será apresentado um quadro com a composição da equipe do CRAS e os funcionários que pode ter em cada porte de CRAS.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DO CRAS		
PEQUENO PORTE I	PEQUENO PORTE II	MÉDIO, GRANDE, METRÓPOLE E DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
Dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo	Três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e um preferencialmente psicólogo	Quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes e um psicólogo e um profissional que compõem o SUAS
Três técnicos de nível médio	Três técnicos de nível médio	Quatro técnicos de nível médio

Quadro 1: Elaborado pela autora com base em PNAS, 2004, P. 153-154

Em municípios cuja demanda é baixa e existem áreas de difícil acesso, são demandadas equipes adicionais para realizarem os serviços sociais. São denominadas equipes volantes para ampliar o acesso das famílias e devem ser vinculadas a um CRAS. De acordo com a resolução nº 26, de 16 de setembro de 2011 (CNAS), o objetivo das equipes volantes é:

Prestar serviços de Proteção Social Básica no território de abrangência do CRAS a que se vincula às famílias a ele referenciadas, potencializando o PAIF em territórios com peculiaridade de extensão territorial, isolamento, áreas rurais e difícil acesso (BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social 2011).

A equipe volante, independentemente do porte do município, deverá ser composta por 02 (dois) técnicos de nível superior (sendo 1 assistente social e 1 preferencialmente psicólogo) e 02 (dois) técnicos de nível médio (MDS). (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

Essa equipe adicional será implantada em municípios que já tenham pelos menos um CRAS, com comunidades rurais, isoladas em situação de pobreza. Uma das principais atribuições da equipe volante é a busca prioritária por famílias de extrema pobreza (Resumo Executivo das Orientações para execução de Serviços de Proteção Social Básica e ações por Equipes Volantes).

2.4.5 TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Uma das maneiras de intervenção da pobreza do país são as transferências de renda através de políticas de assistência social, para atingir a população vulnerável.

Sob este aspecto, Bichir (2010) afirma que

As políticas de assistência e de combate à pobreza passaram a ser uma atribuição dos municípios, embora a superação da pobreza e a redução da desigualdade continuassem sendo

atribuições das três esferas de governo (BICHIR, 2010, P. 117).

Os municípios passaram a desenvolver programas de combate à pobreza e de garantia de renda mínima. No governo de Fernando Henrique Cardoso em 1997 foi concedido apoio financeiro aos municípios que garantissem a renda mínima com ações socioeducativas. Esta primeira experiência foi chamada de “bolsas de estudo”. (BICHIR, 2010).

O programa de garantia de renda mínima teve durabilidade até 2000, e, posteriormente, foi transformado em Programa Bolsa Escola (PBE). O PBE distribuiu bolsas para crianças de 7 a 14 anos, a partir da renda da família, e teve foco nos estudantes de ensino fundamental. O gerenciamento e até mesmo as condicionalidades eram feitos pelos municípios, porém a transferência de renda e também sua gestão eram feitas diretamente pelo governo federal.

A proteção social teve um olhar especial no governo de FHC, como destaca Bichir (2010, p.119), “foi criada uma rede de proteção social que incluía a previdência rural e diversos programas no âmbito da assistência social”. Foi no mandato de FHC que teve início o Cadastro Único de Programas Sociais.

O governo Lula (a partir de 2003) também deu foco para as políticas de Assistência Social para combater a pobreza e a fome com políticas focalizadas. No início de seu governo, foi implantado o Programa Fome Zero, que não teve muito sucesso por ser um programa que previa a participação dos três entes governamentais, não havendo interação entre eles. (BICHIR, 2010)

Com a fusão do Ministério da Segurança Alimentar e do Ministério de Assistência Social em 2003, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e o Cartão Alimentação tornou-se o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF foi desenvolvido da junção de três programas, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás (BICHIR, 2010).

O MDS, através da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) estabelece critérios para o Cadastro Único e a forma de recebimento de seus usuários. A SAGI avalia os impactos do PBF e a Caixa Econômica Federal administra o CadÚnico e faz o pagamento. O município é responsável por executar o cadastramento, transmitir e acompanhar o retorno dos dados, também deve dar o devido apoio às famílias de baixa renda. (BICHIR, 2010, p. 120-121).

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é o índice que calcula a gestão descentralizada do PBF. O índice é dividido para aplicação em esfera estadual IGD – E e em esfera municipal ou distrito federal IGD – M. Para receber o índice o município deve estar cadastrado em um dos níveis de gestão municipal: inicial, básica ou plena e quanto maior for o índice, maior será o valor do recurso a ser repassado. (MDS).

De acordo com site do MDS, O IGD-M é calculado por meio de quatro fatores:

1. Fator de Operação: é a média aritmética das seguintes variáveis:
 1. qualidade e integridade das informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais (taxa de cobertura de cadastros);
 2. atualização da base de dados do Cadastro Único (taxa de atualização de cadastros);
 3. informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de educação (taxa de crianças com informações de frequência escolar);
 4. informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde (taxa de famílias com acompanhamento das condicionalidades de saúde).
2. Fator de adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que expressa se o município aderiu ao SUAS, de acordo com a Norma Operacional Básica (NOB/Suas);
3. Fator de informação da apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M, que indica se o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social

(FNAS) registrou no SUASWEB a mencionada comprovação de gastos ao Conselho Municipal de Assistência Social

4. Fator de informação da aprovação total da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que indica se este colegiado registrou no SUASWEB a aprovação integral das contas apresentadas pelo gestor do Fundo Municipal de Assistência Social. (MDS).

O IDG é um mecanismo de controle e gestão do PBF que dispõe de incentivos para a realização do programa, com o objetivo de apoiar financeiramente o município e melhorar a prestação de serviço.

2.4.6 BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, sendo a unificação do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola; do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA; do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação; do Programa Auxílio-Gás e do Cadastro Único do Governo Federal (Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004).

A gestão do Programa Bolsa Família é feita em âmbito municipal e é realizada pelo CRAS. A definição dos beneficiários é determinada pelo instrumento de auxílio CadÚnico, utilizado pela equipe responsável.

De acordo com a Lei Nº 10.836 no Artigo 2º, o programa tem três tipos de benefícios em seu regulamento:

- I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;
- II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade; e b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita (BRASIL,2004).

O Benefício pode ser pago por várias modalidades de acordo com o Banco Central, e é feito preferencialmente a mulher. Será de livre acesso ao público a relação de beneficiários. No Artigo 2º §15 é instituído que o valor do benefício será que a soma da renda mensal supera R\$ 70,00 (setenta reais) per capita.

Para auxiliar a Presidência da República, foi criado o Conselho de Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, para definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004).

Vale ressaltar, que o cadastro para o Programa Bolsa Família é de responsabilidade municipal. Esses cadastros são feitos no CRAS ou onde estiverem localizadas as equipes volantes, em localidades que não têm o número suficiente de famílias para ter uma unidade do CRAS.

De acordo com as entrevistas, o PBF é um dos serviços mais demandados do CRAS, porém para a pessoa participar é necessário que ela esteja cadastrada em um identificador e caracterizador de famílias de baixa renda, que é o CadÚnico.

As gestoras do PBF afirmaram que o CadÚnico não é utilizado apenas para o PBF, o seu preenchimento pode ser utilizado para qualquer programa social, depende se o usuário vai se enquadrar ou não nas condicionalidades necessárias para cada programa. O preenchimento é feito manualmente por um funcionário em um Caderno do CadÚnico e depois os dados são inseridos no Sistema Informatizado do CadÚnico, quando os dados são inseridos no Sistema, automaticamente os dados são cruzados e analisados para saber se a família se enquadra em algum benefício governamental.

A família para ser inserida no PBF deve primeiramente se cadastrar no CadÚnico e se a família se enquadrar nas condicionalidades da renda, o nome, geralmente da mãe, vai constar em uma lista que é atualizada mensalmente e disponibilizada no CRAS com o nome de todas as pessoas beneficiadas pelo programa, de acordo com as funcionárias entrevistadas a lista é atualizada após o dia 15 (quinze) de cada mês.

Após verificar se o nome consta na lista, o beneficiário deve informar a funcionária do CRAS e ela imprime um relatório e a pessoa encaminha para a Caixa Econômica Federal juntamente com outros documentos para começar a receber o benefício.

Quando o usuário começa a fazer parte do PBF, os seus dados vão estar em sistemas para que as funcionárias possam acompanhar esta família mais de perto. O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), é responsável por aperfeiçoar e gerir os principais processos, sendo *online* com entrada única e identificada. (BRASIL, 2015).

Há outros sistemas como: Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON), que:

Permite a gestores e técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades nos estados e municípios executar ações como:

- ✓ consultar famílias com descumprimentos das condicionalidades;

- ✓ registrar e alterar recurso para o descumprimento quando ocorrerem erros, falhas ou problemas que ocasionem repercussão indevida;
- ✓ deferir ou indeferir um recurso cadastrado;
- ✓ registrar informações sobre o acompanhamento das famílias que tiveram descumprimento de condicionalidades.(BRASIL, 2015).

Também existem dois sistemas que auxiliam no acompanhamento de condicionalidades que são: Sistema de Acompanhamento de Frequência Escolar que acompanha bimestral cada integrante da família beneficiária com idade entre 6 e 17 anos. E o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, que acompanha a agenda da saúde da família beneficiária do Bolsa Família realizado pelo Ministério da Saúde (MS) em dois períodos do ano, e todas as informações devem ser registradas no sistema. (BRASIL, 2015)

2.4.7 CADASTRO ÚNICO

Para um melhor desempenho das Políticas de Assistência Social no país, é necessário um instrumento para identificação das famílias com renda vulnerável. Foi criado em 2007 o Cadastro Único Para Programas Sociais – CadÚnico, definido no Artigo 2º do Decreto 6.135 de junho de 2007 como

Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento deste público (BRASIL, 2007).

O Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome é responsável por gerir, coordenar e acompanhar o CadÚnico. Os dados e as informações coletadas têm validade de dois anos a partir da última atualização, serão processados na base nacional do CadÚnico para garantir integração, unicidade das informações e racionalização do processo (BRAILS, 2007).

Os dados do CadÚnico são sigilosos e serão utilizados somente para formulação e gestão de políticas públicas e para realização de estudos e pesquisas (BRASIL, 2007).

Os Municípios que tenham aderido ao CadÚnico realizam o cadastramento das famílias, nos exatos termos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e lista alguns critérios:

- I - Preenchimento de modelo de formulário estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- II - cada pessoa deve ser cadastrada em somente uma família;
- III - o cadastramento de cada família será vinculado a seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher;
- IV - as informações declaradas pela família serão registradas no ato de cadastramento, por meio do formulário a que se refere o inciso I, devendo conter informações relativas aos seguintes aspectos, sem prejuízo de outros julgados necessários:
 - a) identificação e caracterização do domicílio;
 - b) identificação e documentação civil de cada membro da família;
 - c) escolaridade, participação no mercado de trabalho e rendimento (BRASIL, 2007).

Para responder a questão proposta desse estudo foi realizado um embasamento teórico das políticas públicas, do histórico da política social brasileira, da LOAS e da gestão do SUAS com todos os seus mecanismos de trabalho, inclusive da realização do PBF, todos esses quesitos colaboraram para a realização prática desse trabalho. A seguir, será abordada como foi realizado o estudo e os seus resultados.

3 - METODOLOGIA

A presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Como funciona a implementação de Políticas de Assistência Social em pequenos Municípios?

Objetivou analisar o funcionamento do CRAS na realização do Cadastro Único de programas sociais no município de Itumirim-MG; identificar os principais problemas enfrentados pela equipe referência do CRAS, as principais limitações e os principais problemas e limitações enfrentados pela população em relação ao atendimento.

No presente estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa exploratória, que para Gerhardt e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Gil (2002) afirma que, a pesquisa exploratória “objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito”, estimulando a descoberta e compreensão de um grupo social.

A pesquisa qualitativa é a opção para responder as questões acima mencionadas, pois permite observar o local estudado de perto e as entrevistas serem realizadas em ambiente natural, o contato é feito direto com os participantes da pesquisa propiciando informações além das entrevistas.

Também foi utilizada a pesquisa documental que para Gil (2002), “valem-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.45). A pesquisa documental foi utilizada nas consultas de diversos documentos para a elaboração do estudo dando suporte para a coleta de dados e descrição dos resultados.

A presente pesquisa é caracterizada como estudo de caso que Gil (2002) considera que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. A escolha pelo método de estudo de caso se deu por ser um estudo que vai analisar um grupo social em uma situação particular de um município em um determinado período de tempo. Esse tipo de estudo tem como característica a

observação detalhada de um ou mais indivíduos, que será muito utilizada na pesquisa proposta para observar o local estudado e os participantes da pesquisa. O caso analisado será o funcionamento do CRAS de Itumirim – MG que atende no Distrito de Macuco de Minas.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi entrevista semi - estruturadas, conceituadas por Gil (2002, p. 117) como, entrevistas “guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. Foram realizadas com os funcionários da equipe referência do CRAS, com duas gestoras do Programa Bolsa Família que são funcionárias da Secretaria de Assistência Social, um consultor de uma equipe de consultoria que dá suporte ao município, com o Prefeito Municipal e com alguns usuários que estavam no local na hora das entrevistas. Foram utilizados dois roteiros diferentes, um para os funcionários (Apêndice 1), outro para os usuários (Apêndice 2). Para a entrevista com o Prefeito Municipal e o consultor não foi utilizado um roteiro.

Feito isso, foram realizadas as entrevistas semi - estruturadas com os funcionários da equipe do CRAS que atendem no distrito de Macuco de Minas, assistente social, psicólogo e monitora. Além disso, também foram entrevistadas duas funcionárias que compõem a Secretaria de Assistência Social do Município, que são as gestoras do Programa Bolsa Família que atendem em Macuco de Minas juntamente com a equipe do CRAS.

As entrevistas foram realizadas com os conhecidos como “burocratas de nível de rua” que são as pessoas que prestam o serviço para a população e que estão diretamente relacionados com a situação estudada. A opção por entrevistar o prefeito municipal foi porque na gestão dele que foi criada a extensão do CRAS no município de Macuco de Minas e o consultor porque está iniciando a prestação de serviço no município.

A escolha de entrevistas como instrumento de coleta ocorreu porque a observação do local pesquisado e dos funcionários na realização dos serviços não seria suficiente para concretizar o estudo. As entrevistas semi - estruturadas facilitam a realização da pesquisa por permitir uma certa liberdade entre as partes, por permitir a entrevistadora de pontuar os pontos principais a serem conversados, por ser realizada em ambiente natural e por ter um caráter conversacional.

A utilização de entrevistas foi para obter informações e ter conhecimento além da observação, por essas serem flexíveis e por serem fáceis de adaptar se houver necessidade de acrescentar mais questões.

Para iniciar a coleta de dados buscou-se realizar uma visita no prédio destinado ao atendimento da equipe do CRAS (Itumirim-MG) no distrito de Macuco de Minas, para conhecer como funciona o atendimento. A referida equipe atende em Macuco semanalmente e os demais dias na sede do município, em Itumirim-MG.

Foi coletado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1) de todos os entrevistados, demonstrando total anuência em participar da presente pesquisa, bem como o de conceder o direito de utilizar a entrevistas para a estruturação do trabalho e posteriormente coletar seus resultados.

Após os participantes consentirem participar da pesquisa, iniciou – se as entrevistas que foram realizadas em Macuco de Minas no prédio onde a equipe do CRAS realiza os atendimentos com a assistente social, com o psicólogo, com a monitora, com a gestora do PBF e com os usuários que estavam presentes no local.

As entrevistas foram transcritas e analisadas pelo método de análise de conteúdo que, para Moraes (1999)

Os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de

compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo. (MORAES, 1999)

A análise de conteúdo é utilizada na análise dos dados que foram transcritos da maneira como acontece e depois foram interpretados para concluir um resultado.

4 - CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

De acordo com dados do IBGE do Censo de 2010 a população do município de Itumirim – MG é de 6139 habitantes com estimativa de 6250 habitantes para 2014 (IBGE,2010).

No município o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2015 era de 1.106 dentre as quais: 350 com renda per capita familiar de até R\$77,00; 183 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00; 329 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; 244 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Com um total de 3463 pessoas cadastradas (BRASIL, 2015).

Com base nos dados do Censo 2010 a estimativa de famílias pobres do município é de 496 famílias (BRASIL, 2010). O PBF conseguiu beneficiar no mês de março 402 famílias, que são 81% da estimativa de famílias pobres do município e o valor de R\$ 61.673,00 que foi pago de recursos para as famílias (BRASIL,2015).

De acordo com a NOB- RH/SUAS (2006), para CRAS de Porte I que é o caso do município estudado, deve conter dois técnicos de nível superior sendo um assistente social e outro psicólogo, dois funcionários de nível médio.

5- RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 FUNCIONAMENTO DO CRAS

A sede do CRAS é em Itumirim-MG, com atendimento diário, com horários de funcionamento de 07:00 horas às 16:00 horas. A equipe realiza atendimento no distrito de Macuco semanalmente, no distrito do Rosário o atendimento era realizado quinzenalmente, porém o local não era adequado para que os funcionários pudessem desenvolver o trabalho, pois como descrito nas Orientações Técnicas do CRAS, o local deve ser organizado para que as famílias reconheçam a unidade como um local que vai assegurar os seus direitos, um local acolhedor para a prestação dos serviços do PAIF e com acessibilidade. (BRASIL, 2009)

As Orientações Técnicas do CRAS também preveem que o espaço físico do CRAS deve dispor de 7 espaços necessários para o atendimento como: recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009). Os locais de atendimento nos distritos são casas alugadas que geralmente não compõem os requisitos necessários.

No distrito de Rosário a casa não estava em boas condições por ser antiga e os entrevistados afirmaram que no local não estava disponível o acesso a internet, que é fundamental para a realização do CadÚnico que é realizado através de um programa de computador. No distrito de Macuco a casa alugada é grande e o espaço está compartilhado com o Conselho Tutelar e uma extensão da agência do Correios, mas tem o acesso exclusivo para o CRAS, como está previsto nas Orientações Técnicas do CRAS.

As visitas em Rosário são feitas através de demandas do Conselho Tutelar, da Educação, do Fórum, Saúde, para verificar alguma condicionalidade e quando é feito o recadastramento de famílias que estão desatualizadas há mais de quatro anos.

O atendimento como é previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), tem que ser pelo “período mínimo de 5 dias por semana, 8 horas diárias, sendo que a unidade deverá necessariamente funcionar no período diurno podendo eventualmente executar atividades complementares a noite, com possibilidade de funcionar em feriados e finais de semana” (BRASIL, 2009) . A equipe quando está atendendo na sede cumpre o horário previsto, porém quando estão atendendo no distrito de Macuco eles geralmente chegam atrasados e cumpre aproximadamente 6 horas com pausa de toda a equipe para o almoço.

São desenvolvidas várias atividades com os idosos tendo auxílio de um professor de educação física voluntário, com as crianças são atividades de pintura e desenhos, é o projeto que tem mais participação tendo público de demanda espontânea e do PBF, porém os beneficiários do PBF são os que mais participam.

Também tem um projeto iniciado em Março de 2015, que é desenvolvido com jovens e adolescentes tendo atividades de dança e palestras. Iniciou-se uma parceria com o SESI trazendo rodas de conversas e cursos, o que por enquanto, apenas ocorre na sede do município.

Os serviços que têm a maior demanda no distrito de Macuco são: INSS com o Benefício de Prestação Continuada, PBF, Atividades para crianças e atendimento de psicoterapia que não pode ser realizado no CRAS, sendo feito um encaminhamento para o psicólogo da saúde.

Os usuários que são atendidos no CRAS assinam uma lista após o atendimento para controle interno, porém a lista não é informatizada. Na unidade extensiva do CRAS no distrito de Macuco de Minas teve um problema com roedores e as gestoras do Programa Bolsa Família perderam o controle dos atendimentos deste ano. Na lista da sede do CRAS de Itumirim – MG, consta que no mês de fevereiro foram realizados 32 atendimentos realizados pelas

gestoras do PBF. As funcionárias afirmam que o período em que são realizados mais atendimentos é no processo de recadastramento, porque o Benefício é bloqueado até a família atualizar os dados para continuar recebendo.

Os funcionários declararam que a informação que eles têm sobre a LOAS é a prática que eles realizam no cotidiano, apesar de no Guia de Orientações Técnicas para a implantação do CRAS constar que, os funcionários devem ter conhecimento teórico da legislação social como: LOAS, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislações específicas, entre outros. Porém, os que necessitam de formação acadêmica são graduados e o psicólogo é o único que declarou ter realizado um curso de capacitação para trabalhar na área assistencial.

A idade dos funcionários entrevistados varia entre 25 e 41 anos, o tempo de serviço dos funcionários entre 1 e 5 anos, sendo que apenas o psicólogo teve outra experiência na área de Assistência Social em projeto na cidade de Barbacena-MG, e os demais funcionários têm pouco tempo de serviço na área social.

Já em relação ao Prefeito Municipal, este se mostra preocupado com as questões referentes à área de Assistência Social do município, e disse que até contratou uma equipe de consultoria para dar o devido suporte.

Na atual gestão municipal, foram implantados os serviços do PAIF no distrito de Macuco de Minas, como uma extensão a um serviço já existente apenas na sede do município, para que os cidadãos tenham mais acesso e também para facilitar o contato da equipe de referência do CRAS com os usuários, o que é de suma importância, pois os próprios princípios legais preveem tal aproximação da equipe com seus usuários.

Ademais, há uma significativa economia para os usuários que não precisam mais se deslocar para a sede do município em Itumirim para obter os

serviços de Assistência Social que são prestados no próprio distrito, mesmo que seja realizado semanalmente já é importante para a população.

Através da coleta dos dados infere-se que as mulheres são as que mais procuram pelos serviços, pois todas as entrevistadas no presente trabalho são do sexo feminino com idade variando entre 31 e 61 anos e todas com profissão intitulada vulgarmente como “Do lar”. A própria legislação, em sua essência, prevê que o pagamento do PBF seja realizado preferencialmente à mulher, e o que se verifica é que esta é a que mais procura os serviços não só do PBF, mas da Assistência Social como um todo. Verificou-se que a procura delas era na maioria das vezes sobre o Programa Bolsa Família, mas também outros serviços como, cesta básica, carteirinha do idoso interestadual, projetos para os filhos e COHAB.

As entrevistadas avaliaram o atendimento como satisfatório, porém uma delas já estava à procura da assistente social pela segunda vez e ainda não havia conseguido falar com ela, pois não a encontrava no local.

As gestoras do PBF afirmaram que, se for verificado no sistema alguma irregularidade com a família beneficiada do PBF, as funcionárias comunicam os funcionários que compõem a equipe (assistente social e psicólogo), para que eles possam estar visitando a família para saber o que está acontecendo com a irregularidade encontrada, as vezes pode ocorrer o bloqueio do benefício. O benefício fica bloqueado pelo período de um mês, para que a equipe faça a visita e consiga solucionar a irregularidade, mesmo após resolver o problema a família continua sendo acompanhada de perto pela equipe. Se não for possível resolver a situação a família será suspensa. No caso estudado, a maioria das irregularidades é por causa de frequência escolar.

As visitas não são feitas em todas as famílias beneficiadas, são realizadas através de uma demanda que pode ser do Conselho Tutelar, da Escola, das Unidades de Saúde ou até mesmo da população, porque a equipe não

consegue visitar todas as famílias por ser uma equipe para a sede e os distritos. Entre as entrevistadas, apenas uma recebe a visita frequente da equipe, as outras entrevistadas nunca receberam a visita.

6-CONCLUSÃO

A assistência social foi inserida na agenda governamental como política pública há alguns anos, principalmente com a criação do SUAS em 2003, que traz os dois tipos de proteção social para atender as necessidades da população, a proteção social básica que é exercida pelo CRAS e a proteção social especial que é exercida pelo CREAS.

O CRAS objeto de estudo desse trabalho, é a porta de entrada para as famílias que procuram algum tipo de ajuda, sendo localizado em lugares estratégicos para atender o maior número de famílias referenciadas.

Toda a prestação do serviço do CRAS é exclusiva e dependente dos chamados “burocratas de nível de rua”, que são os funcionários que interagem diretamente com os cidadãos para a realização de todos os serviços. Mesmo tendo auxílio do principal mecanismo do Estado brasileiro exercido nos programas de transferência de renda o CadÚnico. Os funcionários são as peças chaves que preenchem e realizam todo o processo de inserção do PBF.

A gestão do CadÚnico é feita no CRAS, sendo de nível municipal, é o mecanismo mais próximo da população e o PBF é completamente dependente do CadÚnico e da gestão do CRAS.

A capacidade de coordenação e implementação de políticas de transferência de renda do Estado brasileiro está beneficiando milhões de famílias brasileiras e tendo seu alcance em pequenos municípios através da gestão da proteção social básica exercida no CRAS.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, J.M. **Parcerias entre Estado e Sociedade Civil: Significados e Desafios na Gestão de Políticas Públicas. O Caso da Assistência Social em São Paulo.** Campinas: Unicamp, 2008.

BAPTISTA, T. W. F; REZENDE, M. **A ideia de ciclo na análise de políticas públicas.** IN MATTOS, R. A. BAPTISTA, T. W. F. *Caminhos para a análise das políticas de saúde*, 2011. p. 138 – 172 . Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

BARCELOS, Márcio. **A formação da área de análise de políticas públicas.** IN: *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 26, nº01, jan/abr 2013.

BICHIR, Renata Mirandola. **Capacidades estatais para implementação de programas de transferência de renda: os casos de Brasil, Argentina e África.** Texto para Discussão /Instituto de Pesquisa Aplicada e Econômica, Rio de Janeiro, 2015

BICHIR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda.** IN: *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, nº 87, julho 2010, p. 115-129

BRASIL, 2011. **Conselho Nacional de Assistência Social 2011.** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cnas-2011-026-16.09.2011.pdf/view>> Acesso em 30/10/2014

BRASIL, 2007. **Decreto 6.135 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm> Acesso em 07/11/2014

BRASIL, 1993. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em 30/10/2014.

BRASIL, 2004. **Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm> Acesso em 03/11/2014

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Gestão Descentralizada Municipal, IGD – M**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/gestao-descentralizada-municipal-igd-m>> Acesso em 05/06/2015

BRASIL, 2014. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **CENSO SUAS, Resultados Nacionais, 2014**. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>> Acesso em 30/05/2015

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Resumo Executivo das Orientações para execução de Serviços de Proteção Social Básica e ações por Equipes Volantes**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/REsumo%20Caracterizacao%20Equipe_Volante%20alteracoes%20CIT%20pos%20pactuacao%20CNAS.pdf/view> Acesso em 03/11/2014

BRASIL, 2011. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, 2011**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/gestaodotrabalho/arquivos/Norma%20Operacional%20de%20RH_SUAS.pdf/download> Acesso em 25/05/2015

BRASIL, 2009. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Brasília 2009.** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencias-de-assistencia-social-cras/arquivos/caderno-do-cras-internet.pdf/download>> Acesso em 27/04/2015

BRASIL, **Orientações Técnicas Sobre o PAIF. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 1ª edição, Brasília, 2012.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social 2005.**

BRASIL, **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/estrutura/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao>> Acesso em 30/10/2014

BRASIL, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.**

CARVALHO, Graziela Figueiredo. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito.** PUC, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2008

GERNARDT, Tatiana Egel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Ed. UFRGS, 1ª edição, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Ed Atlas, 4 ed, São Paulo, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313430&search=minas-gerais|tumoririm> Acesso em 21/05/2015.

LIMA, Luciana Leite; D'Ascenzi, Luciano. **Implementação de políticas: perspectivas analíticas.** *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, no. 48, dez. 2013.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade.** IN FARIA, C. A. P. *Implementação de políticas públicas, teoria e prática.* Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 2012

MARQUES, Eduardo. **As políticas públicas na ciência política.** IN: MARQUES, E. e FARIA, C. A. *Política Pública como campo multidisciplinar.* São Paulo, Ed. Unesp; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em
<http://cliente.arco.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>
Acesso em 02/06/2015

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia de Pesquisa/** Roberto Hernández Sampieri, Carlos Hernández Collado, Pilar Baptista Lucio; tradução Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira; revisão técnica e adaptação Ana Gracinda Queluz Garcia, Paulo Heraldo Costa do Valle. – 3ª edição. – São Paulo: McGraw-Hill, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca da UFLA. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCC, monografias, dissertações e teses/** Elaborado pela Comissão instituída pela Portaria BC N° 011 de 10 de agosto de 2009 da Biblioteca Central. Lavras: UFLA, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO:

- Idade
- Sexo
- Formação
- Cargo
- Tempo de serviço

QUESTÕES:

- Você tem conhecimento sobre a implementação dessa Política de Assistência Social em pequenos municípios?
- Qual o seu conhecimento sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)?
- Você tem conhecimento sobre as suas funções e obrigações previstas em lei?
- No município tem uma equipe volante?
- Quais as atividades que você desenvolve
- Como é a divisão das atividades do CRAS do Macuco, Itumirim e Rosário?
- Porque que a equipe tem que se deslocar para os distritos?
- Quais são as atividades e programas desenvolvidos no CRAS?
- São realizados quantos atendimentos por dia?
- Qual é o serviço que tem a maior demanda?
- Como é o preenchimento do CadÚnico?
- Como é o cadastro do Bolsa Família?

- ➔ Como é realizado o acompanhamento de cada condicionalidade?
- ➔ Você visita as famílias?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO:

- ➔ Idade
- ➔ Sexo
- ➔ Profissão

QUESTÕES:

- ➔ Qual o serviço que você procura no CRAS?
- ➔ Qual a frequência que você procura por esse serviço?
- ➔ Você já veio no CRAS para outros serviços? Se sim, qual?
- ➔ Como é o atendimento dos funcionários?
- ➔ Você já recebeu visita da equipe? Se sim, quantas vezes?
- ➔ Você recebe algum benefício assistencial? Qual? Há quanto tempo?
- ➔ Você ou seu (s) filho (s) participa ou já participou de alguma atividade desenvolvida pelo CRAS?
- ➔ Às vezes que você precisou de atendimento e foi procurar o CRAS, a sua situação/ problema/ serviço foi resolvido?

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

I - Título do trabalho experimental: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Um estudo de caso sobre o funcionamento do CRAS no município de ITUMIRIM

Pesquisador responsável: Professora Doutora Júlia Moretto Amâncio

Aluna Lathare Caroline Vilas Boas

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras – UFLA,
Departamento de Administração e Economia - DAE

Telefone para contato: (35) 3829-3195

Local da coleta de dados: Centro de Referência e Assistência Social do município de Itumirim

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito, não acarretando qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

As informações contidas neste termo visam firmar acordo por escrito, mediante o qual o responsável pelo menor ou o próprio sujeito objeto de pesquisa, autoriza sua participação, com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação. O TCLE deve ser redigido em linguagem acessível ao voluntário de pesquisa.

II - OBJETIVOS

Objetiva-se analisar o funcionamento do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social na realização do Cadastro Único de programas sociais no município de Itumirim-MG; identificar os principais problemas enfrentados pela equipe do CRAS e os principais problemas enfrentados pela população em relação ao atendimento do CRAS.

III - JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa será realizada para que a população e o meio acadêmico tenham conhecimento sobre o funcionamento do CRAS, quais são os desafios e problemas enfrentados pela equipe. Também vai auxiliar a análise da implementação de políticas sociais em pequenos municípios.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

Serão entrevistados os funcionários do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social e os membros da população que estiverem no local.

EXAMES

Não se aplica

V - RISCOS ESPERADOS

Não se aplica

VI – BENEFÍCIOS

Sua entrevista ajudará na análise das Políticas de Assistência Social do município, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

VII - RETIRADA DO CONSENTIMENTO

O responsável pelo menor ou o próprio sujeito tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo ao atendimento a que está sendo ou será submetido.

VIII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

IX - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

PARTICIPANTE MAIOR DE IDADE

Eu _____, certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização do experimento. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Macuco de Minas, ____ de _____ de 20__.

NOME (legível) _____ RG _____

ASSINATURA _____

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento Administração e Economia. Telefones de contato: 035 3829- 3195. E-mail: Julia.moretto@dae.ufla.br